A falsa dicotomia entre agro

MÁRIO OTÁVIO BATALHA
HILDO MEIRELLES DE SOUZA FILHO

O desafio de proporcionar à toda população brasileira alimentos em quantidade e qualidade adequadas é, em grande medida, tributário da competitividade sustentável das chamadas cadeias agroindustriais. Além disso, ainda cumpre às atividades ligadas ao agro brasileiro a tarefa de continuar contribuindo para o equilíbrio das contas externas. Obviamente que outros ganhos econômicos e sociais estão vinculados ao sucesso desses objetivos: geração de milhares de empregos no campo e na cidade, melhoria da segurança dos alimentos, geração de riquezas para o país, aumento da renda dos produtores agropecuários, fixação do trabalhador no meio rural etc.

Os meios empresarial, político e acadêmico ligados a problemática da produção e comercialização reconheceram, nos últimos anos, que a competitividade da agropecuária brasileira depende de uma estrutura coordenada, eficiente e eficaz de agentes econômicos e sociais, a fim de que seus produtos sejam transformados e cheguem aos consumidores. A cadeia agroindustrial pressupõe a participação de produtores agropecuários, agroindústrias, distribuidores, além de organizações responsáveis pelo financiamento, transporte etc. Ao governo cabe um papel importante na definição do ambiente institucional. Tudo isto está definido e é aceito internacionalmente com base da noção de agribusiness (agronegócio), termo cunhado por pesquisadores americanos da Escola de Harvard na década de 50.

Nos últimos anos, um debate equivocado se estabeleceu no setor em torno de uma falsa dicotomia entre agricultura familiar e agronegócio. Passa-se a idéia de que a agricultura familiar caminha (ou deve caminhar) em uma direção, e o agronegócio em outra. O agronegócio tem sido inúmeras vezes utilizado como sinônimo de monocultura, grande propriedade, uso intensivo de agroquímicos e mecanização. Um interpretação errônea, na prática e na teoria, pois o agronegócio compreende parcela significativa da agricultura familiar. Trata-se de uma constatação importante para a proposição de políticas públicas e privadas adequadas para o conjunto da agropecuária nacional.

Duas questões devem ser objeto de foco nessa discussão. Em primeiro lugar, deve-se compreender o que é agricultura familiar e, em segundo, como ela está inserida no agronegócio. O debate acerca do conceito de agricultura familiar e sua importância no desenvolvimento sócio-econômico do país é acirrado. Existe um grande número de definições, as quais estabelecem desde idéias simples e diretas até conceitos mais elaborados.

A agricultura familiar caracteriza-se por uma gestão familiar, onde parte do trabalho é desenvolvido por membros da família, nem sempre detentores da propriedade e dos meios de produção. Existem ainda critérios relativos ao tamanho da propriedade e à renda gerada. Como seria então caracterizado o universo de agricultores familiares no Brasil? A resposta mais simples e direta é a de que se trata de um mundo extremamente heterogêneo composto de várias categorias, com grande variação de renda, nível de capitalização e sistemas de produção. Sugerimos como referência os estudos patrocinados pelo Convênio FAO/INCRA.

Os sistemas de produção adotados dependem de um conjunto de variáveis: características ambientais e geográficas, distância dos mercados consumidores, condições de infra-estrutura, experiência, cultura e inserção da família na sociedade, entre outros.

Na Região Sul, há agricultores familiares sem capital, cuja produção para auto-consumo responde por importante parcela da renda (monetária e não-monetária). Lá também encontramos agricultores familiares capitalizados, proprietários de tratores e implementos, que utilizam intensivamente insumos externos à propriedade e combinam diversas produções: soja/milho, leite/bovinos/carneiros, aves/suínos/milho, feijão e mesmo auto-consumo.

No Nordeste, região ainda marcada pela pobreza e onde vive significativa parcela da população rural, há produtores familiares cujas atividades de auto-consumo são extremamente relevantes: mandioca, farinha de mandioca, incluindo-se a criação de porcos e galinhas, alimentados com restos de mandioca e milho no quintal.

Não obstante, esses produtores são capazes de gerar excedentes e comercializá-los, traduzindo na sua parcela de renda monetária, importante não apenas para complementar seu próprio consumo mas também para quitar eventuais dívidas contraídas com o sistema de crédito oficial, que começa a chegar para os agricultores pobres do país.

Antes de alcançar a mesa dos consumidores nas principais capitais nordestinas, o excedente da produção passa por um sistema de comercialização, na maioria das vezes ineficiente e injusto e, por isso mesmo, um importante objeto da política de preços e comercialização. Afinal, a farinha de mandioca, base da produção de auto-consumo de muitas comunidades de agricultores familiares do Nordeste, está incluída na Política de Garantia de Preços Mínimos.

Também no Nordeste encontram-se produtores familiares capitalizados, proprietários de equipamentos de irrigação, dedicados à fruticultura e a sistemas diversificados de cultivos temporários.

Em todo o país, um grande número de produtores familiares volta-se para a produção orgânica, utilizam técnicas desenvolvidas ou recuperadas por instituições

negócio e agricultura familiar

governamentais ou não-governamentais. Parcela significativa dessa produção chega ao mercado por meio de cadeias produtivas inseridas na lógica sistêmica do agronegócio. Ou seja, são integradas por indústrias de processamento, por redes de supermercados, tradings, as quais podem ou não pertencer às organizações de produtores. Cooperativas vinculadas ao MST, organização que congrega um grande número de agricultores familiares, possuem estruturas de processamento e comercialização, que se integram dentro de cadeias produtivas. Seja por meio de fair trade (comércio justo) ou assumindo as cotações estabelecidas pelo mercado internacional, agricultores familiares, direta ou indiretamente, estão inseridos no agronegócio.

Não devemos ainda esquecer de agricultores familiares europeus, norte-americanos e asiáticos, que, embora sustentados por generosas subvenções, compõem um elo politicamente forte das cadeias agroindustriais dos seus países. As subvenções recebidas por esses agricultores familiares sustentam os agronegócios que envolvem indústrias nas áreas química, mecânica, farmacêutica, genética, bioquímica, instituições financeiras oficiais e privadas. Afinal, recursos do Pronaf não têm recebido destino semelhante?

Certamente produtores sem capital financeiro, pobres, voltados para o autoconsumo, estão fora de mercados mais rentáveis e não têm sido beneficiados pela maioria das políticas agrícolas. Devemos então trazê-los para os mercados (nacionais, internacionais, fair trade e nichos) que compõem o agronegócio? Quais são suas chances no contexto de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado? É necessário ter consciência das debilidades estruturais e transitórias de diversos segmentos de agricultores familiares.



Para os formuladores da política de apoio à agricultura e para os próprios movimentos sociais torna-se imperativo rever o conjunto de políticas. Muitos produtores familiares não necessitam da tutela do Estado, pois gozam de experiência em agricultura mercantil, encontram-se em zonas desenvolvidas, com disponibilidade de serviços e outras facilidades, além de estarem organizados para ganhar escala econômica e/ou reivindicar políticas locais. É possível desenvolver o raciocínio oposto em relação aos produtores familiares sem capital, localizados em regiões pobres. Nesses casos, é provável que a provisão de serviços de assistência técnica, financeira e garantia de preços sejam mais eficientes e sustentáveis em comparação aos pacotes puramente liberais.

Em resumo, sugerimos uma abordagem que considere o conjunto de opções, no qual se possa combinar instrumentos de política segundo as diferentes configurações de recursos econômicos, sociais e naturais. Romper com a dicotomia agricultura familiar-agronegócio, bem como com a lógica que separa as políticas voltadas para agricultura familiar e as políticas voltadas para o agronegócio é o primeiro passo. ■

MÁRIO OTÁVIO BATALHA e HILDO MEIRELLES DE SOUZA FILHO
são professores e pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI), do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos